política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Lula, Papai Noel e estelionato



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

O deputado federal Mauricio Marcon (PL, foto) utilizou a tribuna da Câmara para profetizar que "Lula não terminará seu quarto mandato". Em seu primeiro discurso após a reeleição, o parlamentar bolsonarista atacou o pacote de ajuste fiscal do governo petista e acusou o presidente de "estelionato eleitoral" devido ao corte previsto de R$ 9 bilhões na Saúde em 2027. "Se você ainda acredita no Lula, você deve acreditar no Papai Noel", criticou o deputado Marcon. Ele cita "falsas promessas" de distribuição de remédio para emagrecimento pelo SUS e o benefício de R$ 5 mil aos microempreendedores individuais. O deputado ainda culpou o petista pela inflação e alertou que "as bases petistas, que foram aliciadas e acham que dinheiro é infinito, estão se dando conta de que o dinheiro acabou e, logo, logo, vão abandonar o painho".

Foro privilegiado no STJ

Os senadores gaúchos Hamilton Mourão (Republicanos) e Luis Carlos Heinze (PP) assinaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que transfere do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a competência para julgar crimes comuns cometidos por altas autoridades - como o presidente da República, ministros de Estado, chefe da PGR e parlamentares. Encabeçada pelo senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), a matéria revoga um trecho do artigo 102 da Carta Magna para mudar as atribuições criminais da Corte Suprema. A justificativa argumenta que o julgamento de delitos comuns foge à função essencial de "guarda constitucional do Supremo" e que o STJ estaria mais preparado para a tarefa.

Cursos de Medicina com nota baixa

O deputado federal gaúcho Sanderson (PL) cobrou do ministro da Educação, Leonardo Barchini, o detalhamento de todas as sanções e medidas cautelares aplicadas a faculdades de Medicina que obtiveram notas baixas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). A investida atende a um pleito do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), que mantém uma comissão especial dedicada a combater a proliferação indiscriminada de novas escolas médicas. O parlamentar exige a lista das instituições punidas, os motivos técnicos e o acesso à íntegra dos processos do MEC para garantir "o exercício da fiscalização parlamentar" sobre as avaliações.

Ofensiva contra fumo irregular

Uma operação conjunta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com as equipes de vigilância sanitária do Estado e de Venâncio Aires apreendeu mais de 40 mil produtos derivados do tabaco no município do Vale do Rio Pardo. A ofensiva, desencadeada a partir de uma denúncia anônima, teve como alvo uma empresa beneficiadora e fabricante da região. No local, os agentes confiscaram milhares de pacotes de fumo desfiado e fumo para cachimbo que eram mantidos de forma clandestina, comercializados sem o devido registro sanitário ou acondicionados em embalagens fora dos padrões normativos exigidos pela autarquia. A Anvisa afirma que a força-tarefa visa sufocar a distribuição de itens irregulares.

Instituto das Cidades

Entrevista Especial

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

O fim da escala 6x1 está previsto para entrar em vigor a partir da segunda quinzena de dezembro, e os seus impactos para os trabalhadores e empregadores ainda estão sendo avaliados. Tratando das gestões municipais, a diretora do Instituto das Cidades Beatriz Nóbrega manifesta nesta entrevista ao **Jornal do Comércio** preocupação com o resultado desta Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nos municípios, especialmente nos setores de transporte, saúde, coleta de lixo e habitação.

Na avaliação de Beatriz, seria necessário uma prorrogação do início da vigência da 5x2 para que haja mais tempo para debates sobre as especificidades de cada ramo de trabalho. Apesar de ver mérito na mudança da escala para as famílias, ela observa que o impacto nas contas municipais pode prejudicar a prestação de serviços públicos nas cidades.

A diretora executiva do Instituto também avalia que é possível que as pessoas possam, neste dia a mais de descanso, usufruir mais das cidades, resultando em aumento da arrecadação municipal, mas esta é uma questão vista por Beatriz como hipotética, pois a mudança na jornada de trabalho não resulta em aumento de renda, e portanto há dúvidas sobre os efeitos práticos no recolhimento tributário a partir do fim da escala 6x1.

Jornal do Comércio - Como a PEC do fim da escala 6x1 impacta as cidades?

Beatriz Nóbrega - A gente tem uma visão que ela tem dois lados. A virtude da PEC no sentido de que, sim, ela proporciona mais tempo para que as pessoas vivam as cidades, então, querendo ou não, acaba tendo mais tempo para lazer, mais tempo para consumir, mais tempo para, muitas vezes, até mesmo se cuidar. Mas, ao mesmo tempo, a gente sabe que temos desafios que não são resolvidos e que não entregam o tempo e qualidade de vida que é o que as pessoas realmente esperam, e, sobretudo, a gente tem desafios de gestão e nos próprios serviços e contratos públicos, que daí a gente sabe que quando a gestão pública desanda isso também compromete a nossa qualidade de vida, e que ainda vão precisar ser resolvidos. Por que a gente diz isso? É referente realmente aos problemas estruturais que a gente tem nas cidades, no sentido de: quem vai dar para a gente o tempo que a gente perde no trânsito? E, será que, quando a gente fala de política pública, qualidade de tempo e a forma com que a gente estrutura o nosso dia a dia, é mais importante eu ter um (fim da) 6x1 que pega, basicamente, pessoas em CLT, ou a gente discutir como diminuir o tempo no trânsito para que o pai tenha, todo santo dia, uma hora a mais dentro de casa, e diminua o tempo de volta do trabalho, dentre uma série de coisas que podem ser resolvidas com as cidades. E não só o trânsito, mas caminhabilidade, estrutura da cidade, tempo que se perde, muitas vezes, esperando um serviço ser prestado, um serviço público, que são tempos que a gente ainda não está discutindo de como que esse tempo vai voltar para as pessoas. E esse tempo, ele volta para todo mundo, não só para quem é CLT. Uma vez que a gente olha a cidade de uma maneira holística, no sentido de amplo, mas também como viés de qualidade de vida para todos nós.

JC - Qual impacto nas gestões públicas municipais?

Beatriz - Indo para um âmbito de gestão pública, a gente tem uma questão estrutural na PEC, que, inclusive, assim que a PEC terminou de ser aprovada, o senador Eduardo Gomes (PL) disse: "já vamos precisar pensar nisso, já vamos precisar de uma nova PEC", que é o fato de que ela não contemplou de maneira adequada a diversidade de setores e no serviço de mão de obra intensivo, principalmente serviços públicos. Como que a gente vai resolver essas questões de mobilidade e logística, quando a gente está falando de transporte público, porque na PEC existem já estimativas do setor que vai haver um aumento de 8% no custo. Como que a gente vai equilibrar esse contrato para que a gente não tenha perda de qualidade do transporte público? Como que a gente vai olhar para os profissionais de saúde que também não foram contemplados de maneira específica na PEC? Como que a gente vai realmente resolver as escalas diversas? E isso vale para o médico, vale também para o embarcado quando a gente olha para outros setores como o setor mais energético, de combustível, de petróleo. E até mesmo vale, por exemplo, para a nossa coleta de lixo, que são setores de mão de obra muito intensiva, são setores que, por incrível que pareça, já há um gargalo às vezes de mão de obra. Como que a gente garante a continuidade e a prestação do serviço público? E, por outro lado, como que a gente consegue reequilibrar esses contratos que são pagos com o dinheiro do pagador de impostos? Então, esses são os receios que a gente vê de maneira geral.

JC - Acredita, então, que os serviços de saúde, transporte e coleta de lixo são setores que precisam de um regime mais específico? Tem outros setores que destaca?

Beatriz - Habitação também. Quando a gente fala de construção civil, hoje a gente tem gargalo de mão de obra na construção civil. Ainda assim, é um dos setores que mais emprega e que é vetor de crescimento, e a gente sabe que vai dificultar bastante a vida e já tem estimativas também. Em todos os dados que a gente levantou do setor, e também em diálogo com as principais associações, há uma previsão de aumento no custo, por exemplo, do imóvel. A gente trabalhou muito próximo do Rio Grande do Sul, na época das enchentes, a gente foi principalmente na parte de habitação. Imagina a pessoa que a gente estimou um custo para construir um imóvel, por exemplo, do Minha Casa



"O Brasil está migrando para cada vez menos CLT e mais MEIs, autônomos, diversos modos de contratação"